



BRICS E TRUMP 2.0: PERSPECTIVAS PARA O BLOCO EM UM PERÍODO INTERNACIONAL TURBULENTO

BRICS AND TRUMP 2.0: PROSPECTS FOR THE BLOC IN A TURBULENT INTERNATIONAL PERIOD

BRICS Y TRUMP 2.0: PERSPECTIVAS DEL BLOQUE EN UN ESCENARIO INTERNACIONAL TURBULENTO

DMITRY V. YEFREMENKO

Doutor em Ciências Políticas, Diretor do Departamento de Estudos Regionais da Faculdade de Economia Mundial e Assuntos Internacionais da Universidade Nacional de Pesquisa "Escola Superior de Economia" - d.efremenko@hse.ru

ANA LIVIA ESTEVES

Doutora em Ciências Políticas, Professora do Departamento de Estudos Regionais da Faculdade de Economia Mundial e Assuntos Internacionais da Universidade Nacional de Pesquisa "Escola Superior de Economia" - aarauzhoesteves@hse.ru

RESUMO:

O artigo analisa as perspectivas de institucionalização do agrupamento BRICS após sua expansão e seus desafios diante da política externa da segunda administração Donald Trump nos EUA. No âmbito internacional, o retorno de Trump atuaria paradoxalmente como catalisador do declínio da ordem unipolar, enquanto busca fragmentar grupos como os BRICS ao incentivar a assinatura de acordos bilaterais com a Casa Branca. No âmbito intra-BRICS, o artigo identifica debate acerca da institucionalização do bloco que opõe países como a China, defensores do modelo *hard* BRICS, e a preferência por multilateralismo flexível, ou *soft* BRICS, de países como a Índia. Com base na teoria construtivista de Relações Internacionais, o artigo sustenta que a resiliência e potencial transformador do BRICS derivam de sua capacidade de gerar narrativa estratégica comum, centrada na multipolaridade e defesa de interesses da Maioria Global. Usando a presidência brasileira de 2025 como estudo de caso, o artigo demonstra a dificuldade de obtenção de consenso e avançar a institucionalização do bloco em contexto de membresia ampliada e heterogênea. Conclui-se que a futura trajetória institucional do bloco será determinada pela sua capacidade de extrair dividendos de sua narrativa estratégica comum para navegar tensões diversidade interna e pressões externas durante as futuras presidências de Índia em 2026 e China em 2027.

Palavras-chave: BRICS; Trump; transformação da ordem mundial; narrativa estratégica; institucionalização; governança global.

ABSTRACT:





The article analyses the prospects for the institutionalization of the BRICS grouping following its expansion and its challenges in the face of the foreign policy of Donald Trump's second administration in the USA. Internationally, Trump's return acts paradoxically as a catalyst for the decline of the unipolar order, while simultaneously seeking to fragment groups like BRICS by incentivizing the signing of bilateral agreements with the White House. Within BRICS, the article identifies a debate on institutionalization that pits countries like China, proponents of a hard BRICS model, against the preference for flexible multilateralism, or soft BRICS, of countries like India. Based on constructivist theory in International Relations, the article argues that the resilience and transformative potential of BRICS derive from its capacity to generate a common strategic narrative, centered on multipolarity and the defense of the interests of the Global Majority. Using the Brazilian presidency of 2025 as a case study, the article demonstrates the difficulty of reaching consensus and advancing the bloc's institutionalization in a context of enlarged and heterogeneous membership. It is concluded that the future institutional trajectory of the bloc will be determined by its ability to leverage dividends from its common strategic narrative to navigate internal diversity tensions and external pressures during the upcoming presidencies of India in 2026 and China in 2027.

Key-words: BRICS; Trump; transformation of the world order; strategic narrative; institutionalization; global governance.

RESUMEN:

Este artículo analiza las perspectivas de institucionalización del grupo BRICS tras su expansión y sus desafíos frente a la política exterior de la segunda administración de Donald Trump en EE.UU. En el ámbito internacional, el regreso de Trump actuaría paradójicamente como catalizador del declive del orden unipolar, mientras busca fragmentar grupos como los BRICS al incentivar la firma de acuerdos bilaterales con la Casa Blanca. En el ámbito intra-BRICS, el artículo identifica un debate acerca de la institucionalización del bloque que enfrenta a países como China, defensores del modelo hard BRICS, y la preferencia por un multilateralismo flexible, o soft BRICS, de países como la India. Con base en la teoría constructivista de Relaciones Internacionales, el artículo sostiene que la resiliencia y el potencial transformador del BRICS derivan de su capacidad para generar una narrativa estratégica común, centrada en la multipolaridad y la defensa de los intereses de la Mayoría Global. Utilizando la presidencia brasileña de 2025 como estudio de caso, el artículo demuestra la dificultad para lograr consenso e impulsar la institucionalización del bloque en un contexto de membresía ampliada y heterogénea. Se concluye que la futura trayectoria institucional del bloque estará determinada por su capacidad para extraer dividendos de su narrativa estratégica común para navegar las tensiones de la diversidad interna y las presiones externas durante las futuras presidencias de la India en 2026 y China en 2027.

Palabras clave: BRICS, Trump, transformación del orden mundial, narrativa estratégica, institucionalización, gobernanza global.

1 O RETORNO DE TRUMP E SEU IMPACTO NOS BRICS





O retorno de Donald Trump ao centro da arena internacional capturou a atenção de analistas no primeiro semestre de 2025 a tal ponto, que processos mais fundamentais da transformação global ficaram ofuscados frente aos acontecimentos frenéticos de Washington. Paralelamente, a turbulência geoeconômica e nas Relações Internacionais incitada por Trump 2.0 se tornou um teste ímpar para a coesão e emancipação da Maioria Global (KARAGANOV, 2022). O BRICS tem papel relevante a cumprir nesse processo, mesmo perante sérios obstáculos externos e internos.

A política do 47º presidente norte-americano garante novo impulso à erosão progressiva da ordem internacional unipolar, cujo elemento estruturante era a posição dominante dos EUA e seus caudatários do mundo ocidental. Essa aceleração gerada por Trump é fruto de seu ceticismo frente às alianças internacionais, aliado à certeza da vitória norte-americana na competição entre grandes potências. Dentre os participantes da nova corrida global estão não só concorrentes dos EUA, mas também alguns de seus aliados nominais. Logo, a unidade Ocidental, outrora vista como monolítica, mostra-se cada vez mais condicional, com divergências de interesses entre EUA, Reino Unido, União Europeia e Canadá sendo debatidas publicamente. Se os laços políticos que por ora unem o Ocidente são questionados somente na retórica, as divergências no âmbito econômico-comercial são generalizadas. Nesta seara, a governança global está em constante ataque, com organizações internacionais perdendo seu caráter universal e perdendo efetividade.

No que toca ao BRICS, pouco após assumir a Casa Branca, o presidente dos EUA expressou publicamente sua oposição ao grupo, ameaçando a imposição de tarifas de 10% a seus membros e parceiros. Dessa forma, inaugura-se uma nova fase na política dos EUA frente ao BRICS: durante os primeiros anos da agremiação, os EUA prefeririam ignorar as atividades do grupo, a fim de privá-lo de visibilidade. A postura dos EUA começa a se modificar durante o processo de expansão do bloco, quando se engajam em atividades de bastidores para impedir o seu sucesso. Agora, no segundo mandato de Trump, os EUA se engajam em embate aberto contra o BRICS, utilizando as tarifas comerciais como principal elemento de coerção.

Mesmo diante desse cenário, o BRICS se absteve de formular uma posição comum frente à política tarifária de Trump durante o primeiro semestre de 2025. No auge da presidência brasileira do bloco, a maioria dos membros adotou postura de observador cauteloso, apostando na redução de danos ou mesmo na obtenção de





condições preferenciais junto aos EUA pela via bilateral. Esse era o efeito pretendido pela administração Trump, ao formular demandas específicas para cada parceiro comercial individualmente.

Apesar da antipatia de Trump frente ao BRICS estar ligada prioritariamente à sua visão de política externa, algumas declarações do presidente norte-americano contra o chamado 'globalismo' do Partido Democrata norte-americano não necessariamente contradizem a narrativa do BRICS. No entanto, a presença da China e a agenda de desdolarização levam Trump a identificar no BRICS um adversário político por excelência.

A política tarifária global de Trump, por outro lado, tem o objetivo de fragmentar todo e qualquer agrupamento formado à revelia dos EUA. Como resultado, essa fragmentação levará à assinatura de uma ampla rede de acordos bilaterais políticos e econômicos com Washington. A nova configuração teria o objetivo de fortalecer a posição internacional dos EUA antes de uma possível fase direta de confronto com a China. Nesse sentido, o engajamento do BRICS na agenda desdolarização é utilizada por Trump como um motivo adicional para a imposição de tarifas comerciais motivadas politicamente, estimulando os atores a optar por negociações pela via bilateral, em detrimento da multilateral.

2 A ENCRUZILHADA DO BRICS

Nesse contexto, uma organização não formal como os BRICS emerge como exemplo de cooperação multilateral bem-sucedida, voltada para a formação de uma ordem internacional mais estável, justa e inclusiva. O BRICS se mostrou resiliente frente a diversas crises internacionais recentes. Por exemplo, o bloco foi capaz de manter sua coesão após o agravamento da crise ucraniana em fevereiro de 2022. As ações da Rússia não foram diretamente contestadas pelos membros do BRICS, que impediram o isolamento internacional de Moscou. O grupo também foi chave para evitar o estrangulamento da economia russa, projeto que ficou restrito à Minoria global. Ao fim e ao cabo, a imposição das sanções somente aumentou a distância entre Minoria e Maioria globais. Por outro lado, desafios potencialmente mais sério à coesão do BRICS foram o conflito fronteiriço sino-indiano em Ladaque, em maio de 2020, e o confronto armado entre a Índia e o Paquistão, em abril de 2025.





Apesar dos desafios, o formato tradicional de trabalho e a narrativa estratégica do BRICS foram mantidos no período pós-2022. Entre os anos de 2023 e 2025, foi aprovada expansão sem precedentes de membros permanentes do bloco e criada a nova categoria de membros parceiros. Pela primeira vez em formato ampliado, a presidência rotativa da Rússia realizou com sucesso mais de 250 reuniões temáticas e a Cúpula de Chefes de Estado de Kazan em 2024 -evento que sepultou os esforços para isolar internacionalmente a Rússia, fato reconhecido mesmo por ardorosos críticos de Moscou (JÜTTEN, 2024; POENISCH, 2024).

Porém, como era previsível, a expansão do BRICS dificultou a adoção de decisões por consenso. Em 2024, pela primeira vez, ministros das Relações Exteriores do BRICS não foram capazes de chegar a uma solução de compromisso sobre a reforma do Conselho de Segurança da ONU. Ademais, foi identificada uma desaceleração na adoção de medidas práticas rumo à criação de mecanismo comum de compensações comerciais não vinculadas ao dólar. A proposta de criação de uma moeda comum baseada em cesta de moedas dos países membros foi mantida no papel. Também de forma inédita, um novo membro do BRICS – o Irã- foi alvo de ação militar direta por parte de Israel e, em seguida, dos EUA, em junho de 2025 (BRASIL, 2025e).

A expansão do BRICS também coloca em xeque seu modelo organizacional, segundo o qual toda a responsabilidade sobre o funcionamento de uma ampla gama de mecanismos de diálogo recai sobre o presidente de turno. Dentro de alguns anos, a presidência ficará a cargo de países com recursos limitados e insuficientes para a realização de um programa na escala do realizado pela Rússia em 2024, por exemplo. Diante disso, a questão da criação de um secretariado técnico permanente do BRICS torna-se premente.

3 DIVISÕES INTRA-BRICS

Ainda que a heterogeneidade socioculturais, de interesses políticos e geoeconômicos entre os países membros do BRICS naturalmente levem à formação de coalisões *ad hoc* de acordo com o assunto em pauta, a possibilidade de fragmentação persistente, capaz de desafiar de fato a unidade do grupo deve ser debatida. A mais recente expansão do BRICS estimulou especulações acerca da





unidade do grupo. Previsivelmente, esse é um dos temas mais explorados por especialistas ligados a instituições acadêmicas ocidentais. A reação entre analistas pró-ocidentais varia entre o alarmismo e a esperança de que a solidez do grupo seja inviável a longo prazo.

Analisando a expansão do BRICS sob uma ótica sinocêntrica, o economista Daron Acemoglu (2023) prevê o aumento do papel da China (e, concomitantemente, da Rússia) no processo decisório do grupo, já que os novos membros mantêm relações próximas com Pequim e Moscou. Para ele, o regime político dos novos países membros aceleram a transformação do grupo em um “clube antidemocrático”, que contribuiria para o declínio da democracia em escala global (ACEMOGLU, 2023).

O argumento de Acemoglu fica fragilizado se considerarmos que os novos membros do BRICS, com exceção do Irã, mantêm relações construtivas com os EUA (pelo menos até a chegada de Donald Trump à Casa Branca). E foram precisamente os EUA, particularmente durante a administração Biden, que promoveram a divisão maniqueísta de países entre democracias e autocracias. O BRICS, por sua vez, declara reiteradamente seu compromisso com a não intervenção nos assuntos internos dos países, inclusive no tocante ao sistema de governo de seus membros. O elemento que motiva países-chave do mundo não ocidental a aderir ao BRICS é, justamente, o fortalecimento de sua soberania e agência internacional, enquanto a tentativa de lhes impor externamente uma classificação com base nos critérios da *Freedom House* somente minaria essa aspiração comum.

Acemoglu não escondeu sua esperança de que o BRICS se enfraqueça internamente. O que ele parece considerar ideal seria a formação de uma aliança dentro do BRICS que contrabalanceie tanto a influência de Rússia e China, quanto a dominação internacional dos EUA. Por ora, essa possibilidade teria sido excluída em função da nova composição do BRICS. Mas o economista ainda nutre a esperança de que, no médio prazo, um outro “bloco democrático” possa se formar entre as economias emergentes. Esse bloco poderia ser constituído por países como Indonésia, Turquia, México, Colômbia, Malásia, Nigéria, Bangladesh e Quênia, capazes de atrair para si países como Índia, Brasil e África do Sul.

Outra avaliação menos alarmista sob o ponto de vista ocidental sobre a expansão do BRICS foi apresentada por um dos fundadores do centro Carnegie Índia, Raja Mohan. O especialista constatou que o BRICS não é uma aliança militar ou política, por isso o aumento do número de membros de fato dificulta a possibilidade





de consenso. Pra ele, a adesão ao BRICS de novos eixos contenciosos como o persistente entre China e Índia (particularmente, o eixo Egito-Etiópia) reduzem a eficácia do grupo. O analista assegura que o BRICS não se transformará em uma aliança antiocidental, já que parte significativa dos seus membros mantém relações amigáveis com os EUA e União Europeia. Segundo Mohan, existe maior probabilidade de competição aguda entre o BRICS, do que de ruptura das boas relações da maioria de seus membros com Washington. O especialista sugere que o Ocidente saia de sua hibernação estratégica e use as contradições intra-BRICS para manter o Sul Global a seu favor (MOHAN, 2023).

Esse tipo de argumentação, que podemos chamar de “copo meio vazio do BRICS”, apresenta lacunas substanciais. Se os BRICS fossem uma aliança político-militar como a OTAN, ou uma organização político-econômica institucionalizada como a União Europeia, fatores como a disputa sino-indiana levariam rapidamente à perda de sua efetividade. No contexto político internacional atual, o caráter informal do BRICS garante vantagem significativa frente a organizações rígidas e hierárquicas. Esse seria um caso clássico do que se convencionou chamar, no ramo da comunicação social, de “força das ligações fracas” (GRANOVETTER, 1974), aplicado às relações interestatais. Por outro lado, essa capacidade não pode ser explorada *ad eternum*, tampouco em qualquer conjuntura política. Ademais, passos já realizados rumo à maior institucionalização do BRICS (por exemplo, no caso da criação do Novo Banco de Desenvolvimento), cedo ou tarde deverá gerar novas iniciativas.

O analista brasileiro Stuenkel (2025), que participa ativamente de projetos de centros de pesquisa ocidentais, defende a reabilitação do IBAS no âmbito do BRICS (STUENKEL, 2025). Formado em 2003 por Índia, Brasil e África do Sul, o IBAS é considerado um dos precursores do BRIC e impulsionadores da adesão de Pretória ao bloco. Stuenkel identifica três fatores que tornam imperativa a volta desse “formato adormecido”.

Primeiro, as diferentes posições dentro do BRICS em relação à “invasão em grande escala da Rússia na Ucrânia”. Para ele, essas divergências podem não só impedir o BRICS de ter papel construtivo na resolução de conflitos internacionais, mas transformar a agremiação em um bloco antiocidental sinocentrado. Sem explicar em detalhes os mecanismos que levariam a essa transformação, Stuenkel conclama o IBSA a atuar como contrapeso em relação à Rússia e China. Em segundo lugar, a imprevisibilidade internacional instaurada pelo retorno de Donald Trump demanda





respostas trilaterais, ainda que as iniciativas da Casa Branca não sejam necessariamente negativas a todos os membros do IBSA. O que Stuenkel propõe de fato é que Brasil, Índia e África do Sul evitem buscar soluções conjuntas com Rússia e China para lidar com os desafios advindos do projeto trumpista na Casa Branca. Em terceiro lugar, assim como Acemoglu, Stuenkel propõe que o IBSA se consolide como um grupo de “democracias emergentes”, capaz de manifestar os interesses do Sul Global -grupo do qual a China teria sido desprovida de seu papel de porta-voz, em função de seu sucesso econômico.

Ao encarar o IBSA como uma espécie de âncora, capaz de evitar que o BRICS se desvie para o sentido antiocidental, Stuenkel reproduz o argumento de que o grupo estaria dividido entre “democracias” e “autocracias”, com vantagem para as últimas. Interessante que, como sintoma da tendência “antidemocrática” do BRICS, o especialista aponta a perda de importância do Fórum Acadêmico do grupo. De acordo com ele, o grupo, que outrora teria sido ativo, hoje fugiria de questões polêmicas ou de manifestar oposição à política de estados membros. Por isso, como alternativa, Stuenkel propõe a criação de um fórum “mais livre”, sob a égide do IBSA.

Analisar a dinâmica do BRICS sob a ótica do equilíbrio entre “democracias” versus “autocracias” é camuflar o problema real do “retrocesso democrático” (PRZEWORSKI, 2019; HYDE, 2020; SKAANING, 2020) ou, no mínimo, a não adequação dos países da Maioria Global aos critérios da democracia liberal de modelo ocidental. Ademais, é claro que a permanência de Brasil, Índia e África do Sul no BRICS não é motivada pela sua identidade democrática. Outros fatores determinam a manutenção desses países nos BRICS, inclusive a possibilidade de formação de alianças ad hoc dentro da agremiação. Conforme apontou o brasileiro Mielniczuk (2024), “os argumentos em favor do IBSA soam mais como uma fuga do BRICS, do que uma aposta no próprio IBSA” (MIELNICZUK, 2024).

4 NARRATIVA ESTRATÉGICA DO BRICS: PALAVRAS QUE MUDAM O MUNDO

Se, conforme a visão crítica predominante dentre a comunidade especializada ocidental, 'o copo do BRICS está meio vazio', como explicar que esse agrupamento exerça efeito transformador sobre o sistema de relações internacionais e seja polo de atração para número crescente de Estados de diferentes contextos geográficos e





socioculturais? Afinal, convenhamos que os BRICS ainda não empreendem esforços sistemáticos para substituir as instituições e mecanismos basilares da governança global.

Do ponto de vista dos autores, o efeito transformador do BRICS decorre do fato de que a força deste agrupamento não se reduz à mera soma dos potenciais individuais de seus membros, nem ao mínimo denominador comum que emerge após a 'anulação recíproca' de seus interesses e aspirações divergentes dos membros do bloco.

Em certo sentido, o acrônimo 'BRICS' passa a ter vida autônoma nos debates de política global – vantagem que beneficia seus membros, atrai parceiros e futuros candidatos à adesão ao bloco. Esse fenômeno explica-se mais adequadamente mediante abordagens construtivistas, particularmente através do conceito de narrativas estratégicas. Conforme demonstrado por C. van Noort (2019), o BRICS – enquanto agrupamento mais representativo de potências que almejam maior influência na economia e política mundiais – viabiliza a co-construção de uma narrativa compartilhada sobre a ordem internacional vigente e sua transformação em benefício para a maioria da humanidade (VAN NOORT, 2019). Tal narrativa ganha ressonância global, levando atores internacionais a verem no BRICS como entidade uma alternativa viável, e não em China, Índia, Rússia ou Brasil individualmente.

Por exemplo, pesquisa de opinião realizada no Brasil em 2025 aponta que 38,1% do eleitorado local apoia as relações entre Brasília e o BRICS, cifra que cai significativamente em relação a membros específicos do bloco (12,9% para a China, 1% para a Rússia, por exemplo). O resultado da pesquisa demonstra que, para o eleitorado brasileiro, a cifra BRICS tem significado diferente da soma da percepção em relação a cada um de seus membros individualmente (CARLUCCI, 2025).

A síntese de uma narrativa estratégica compartilhada (MISKIMMON, O'LOUGHLIN, ROSELLE, 2013) está baseada tanto nas narrativas nacionais individuais sobre o passado, o presente e o futuro desejado; quanto na adaptação mútua realizada durante o processo interação multilateral. A narrativa estratégica é instrumental: possibilita, por meio da modificação do ambiente discursivo e da gestão das expectativas do público-alvo (neste caso, os atores do sistema internacional), incrementar a capitalização política e, assim, assegurar a consecução dos objetivos traçados. Ao concorrer com outras narrativas estratégicas (notadamente as dos EUA e do Ocidente Coletivo) e ao conquistar o reconhecimento do público-alvo, a narrativa





estratégica do BRICS impacta o comportamento dos respectivos atores, intensificando os processos objetivos de transição para um mundo multipolar.

Embora a formação da narrativa estratégica deva ser examinada pela lente do construtivismo social, é revelador que a narrativa estratégica do BRICS tenha absorvido de maneira orgânica as narrativas nacionais de seus Estados membros, apesar de sua diversidade e, por vezes, relações bilaterais tensas. Essa capacidade de absorção revela não só o potencial de consolidação do BRICS, mas também a coerência desse processo com a dinâmica transformacional do sistema internacional. Nesse contexto, a resiliência e ampliação do agrupamento também demonstram sua capacidade de gerenciar contradições internas, dado o amplo espectro de interesses compartilhados.

Não obstante, o pré-requisito para a sustentabilidade de longo prazo de uma associação interestatal em um ambiente externo altamente volátil reside no reconhecimento da relevância e magnitude de uma missão coletiva – que, no caso do BRICS, é a transição para uma ordem mundial multipolar mais justa e inclusiva. A narrativa estratégica e a construção de uma identidade coletiva para o agrupamento, internalizada por seus membros individuais, atuam como catalisadores para o aprofundamento da cooperação bilateral e multilateral. Por sua vez, as práticas decorrentes dessa cooperação geram efeitos multidimensionais de natureza material, institucional e simbólica (SOMERS, 1994).

Práticas rotineiras do BRICS, como a emissão de declarações políticas e comunicados conjuntos – em geral desprovidos de caráter vinculante –, são de extrema importância para o desenvolvimento de sua narrativa estratégica. Ao mesmo tempo, diversos componentes da narrativa original podem sofrer modificações substanciais ao longo do tempo. Por exemplo, a crise de 2008 introduziu ajustes significativos na percepção e autoimagem dos países originais do BRIC (ainda antes da adesão da África do Sul) como novas locomotivas do crescimento econômico global. A absorção pelo BRICS dessas respectivas autoimagens levou o grupo a desenvolver identidade original associada ao desenvolvimento econômico e reforma das instituições financeiras internacionais (STUENKEL, 2015). De fato, a primeira história de sucesso dos BRICS foi realização da reforma parcial das cotas do FMI em 2014. Em 2025, a presidência brasileira buscou reenfatar essa “vocação original” do bloco (BRASIL, 2025c) e priorizou de fato a agenda econômica do bloco, como dados quantitativos demonstrarão abaixo.





Ainda que elementos da narrativa estratégica não impliquem compromissos concretos para os membros do BRICS, eles estabelecem vetores claros para a ação política. Consequentemente, esses elementos são capazes de catalisar transformações significativas. Por exemplo, a proclamação de parcerias econômicas entre os países do BRICS como prioridade estimulou a aproximação de países que, antes do surgimento do bloco, não interagiam sistematicamente, como Brasil e Rússia.

Central para a narrativa estratégica do BRICS é a aspiração coletiva pela transformação da ordem internacional, na qual as potências emergentes do século XXI devem alcançar plena igualdade de direitos tanto para si, quanto para a Maioria Global. Aqui, revela-se a fixação de uma identidade para o agrupamento, que corresponde às narrativas nacionais dos países do BRICS sobre um futuro desejado e sobre a injustiça da configuração unipolar.

É igualmente crucial a sinergia de intenções e potenciais (pelo menos no plano retórico), que pressupõe tanto uma responsabilidade ampliada dos países do BRICS para o alcance de objetivos transformadores, quanto uma nova solidariedade em escala internacional. Este é, em grande medida, o motivo do crescente interesse mundial pelo BRICS e demais estruturas não ocidentais que propõem formatos alternativos de cooperação internacional e – o que parece não menos importante – visões de mundo alternativas para a compreensão da política global. Em contraste com a abordagem hegemônica, que preconiza uma interpretação específica de valores liberais para todo o mundo, os países do BRICS propõem um diálogo respeitoso entre culturas, ideias e sistemas de valores.

No contexto atual, os esforços de atores externos para comprometer ou esvaziar a narrativa estratégica do BRICS é bastante evidente. Um deles consiste na ênfase exacerbada na heterogeneidade do agrupamento e na preponderância econômica de um de seus membros. Desta forma, as contradições sino-indianas constituem o terreno fértil para especulações sobre a ineficácia do BRICS, ou mesmo para prever a paralisia do bloco.

Em última instância, os interesses nacionais dos países do BRICS, bem como sua regra de consenso, impõem sérias restrições à implementação prática da narrativa estratégica. Não obstante, o crescimento sustentado do número de países que almejam aderir ao BRICS, assim como – em sentido negativo – as declarações de Donald Trump contra os objetivos transformacionais do grupo, demonstram que a





narrativa estratégica do BRICS permanece um ativo valioso e longe de ser meramente abstrato.

5 O RETORNO DO BRASIL À LIDERANÇA DO BRICS

Em meio a esse acalorado debate acerca do BRICS, o Brasil iniciou sua presidência do bloco em janeiro de 2025. Durante o terceiro mandato do presidente Luíz Inácio Lula da Silva, as divergências em relação ao BRICS não se restringiram aos círculos acadêmicos, mas também pautaram o Congresso Nacional brasileiro. Desde o início do novo ciclo político em 2016 (OKUNEVA et al., 2019), o poder legislativo expandiu sua influência na política brasileira, inclusive na formulação da política externa. Ademais, disputas econômicas internas levaram o governo Lula a adotar restrições orçamentárias significativas, que impactaram sua capacidade de promover iniciativas diplomáticas robustas.

As primeiras semanas da presidência brasileira do BRICS em 2025 foram hesitantes e colocaram em dúvida o engajamento do Brasil no bloco. A decisão de promover a Cúpula de Chefes de Estado no primeiro semestre, e não, como de costume, segundo semestre, gerou estranhamento. O Ministério das Relações Exteriores (Itamaraty) justificou a medida, em função da organização da Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP-30), em novembro de 2025. A decisão de limitar o cronograma já apertado do BRICS colocou em risco a capacidade do bloco de adotar medidas relevantes em um período tão limitado.

No entanto, o engajamento pessoal do presidente Lula com o BRICS levou o Itamaraty a arregañar as mangas e organizar uma Cúpula de Chefes de Estado satisfatória em junho de 2025, no Rio de Janeiro. Para atingir esse objetivo, o Brasil substituiu o seu principal diplomata à cargo do BRICS: o novo sherpa Maurício Lyrio acabara de liderar a presidência brasileira do G20, em 2024, durante a qual tensões geopolíticas foram contornadas com sucesso suficiente para garantir o lançamento de iniciativas comuns.

A nomeação de Lyrio indica a intenção do presidente Lula de replicar a história de sucesso do G20 2024 no BRICS em 2025. A estratégia vitoriosa de 2024 pode ser creditada a duas diretrizes: o foco na entrega de bens públicos internacionais e a restrição do debate sobre questões geopolíticas polêmicas. A primeira diretriz focou





em resultados materiais para promover avanços econômicos e sociais para as populações. Nesse sentido, o Brasil foi capaz não só de manter os EUA, Rússia e China na mesma mesa de negociações durante o ano de 2024, mas também convencê-los a lançar uma iniciativa comum: a Aliança Global contra a Fome e a Pobreza. A segunda diretriz focou na compartimentalização de assuntos geopolíticos, restringindo-as a organizações internacionais especializadas, como o Conselho de Segurança da ONU. O objetivo era evitar que a geopolítica dominasse a agenda de organizações internacionais dedicadas à temas relevantes ao Sul Global, como desenvolvimento econômico, saúde e mudanças climáticas.

Ambas as diretivas foram replicadas durante a presidência brasileira do BRICS, ainda que com graus variados de sucesso. A primeira diretiva teve como meta lançar uma iniciativa concreta para o combate a doenças socialmente determinadas -objetivo parcialmente atingido até julho de 2025 (BRASIL, 2025d). A segunda diretriz foi adotada de forma flexível, a fim de considerar a tradição do BRICS de manifestar-se sobre temas de paz e segurança. No entanto, não houve espaço para assuntos relacionados à cooperação na área militar e de defesa, de acordos com dados qualitativos e quantitativos da presidência brasileira do BRICS analisados nesse artigo.

Sob um novo sherpa e com o apoio pessoal do presidente Lula, a presidência brasileira do BRICS adotou o slogan “Fortalecendo a Cooperação Global do Sul para uma Governança mais Inclusiva e Sustentável”. Nas primeiras semanas, o Brasil aprovou seis temas principais a serem debatidos pelo grupo: 1) Governança em Comércio, Investimentos e Finanças, visando à reforma das Instituições de Bretton Woods; 2) Desenvolvimento institucional do BRICS; 3) Mudanças Climáticas; 4) Cooperação Global em Saúde; 5) Governança da Inteligência Artificial; e 6) Arquitetura Multilateral de Paz e Segurança.

A presidência brasileira não propôs uma política de oposição sistemática aos EUA dentro do BRICS. Ainda que quisesse, a presidência brasileira do BRICS não poderia ir de encontro às intenções da maioria dos países do bloco de construir relações bilaterais com a administração Trump, evitando confrontos retóricos. Em retrospecto, é possível afirmar que a elevação da temperatura retórica entre EUA e BRICS foi uma iniciativa da administração Trump.

A rigor, a regra do consenso em vigor nos BRICS praticamente inviabiliza que o presidente de turno conduza iniciativas que elevem as tensões entre o grupo e





países terceiros, sem o aceite dos demais membros. Os representantes do Brasil enfrentaram dificuldades ao construir posições de consenso, principalmente no tocante ao funcionamento do grupo em formato estendido, ainda que diversas alternativas de engajamento tenham sido propostas por Lula, seu assessor Celso Amorim e pelo Itamaraty (MIELNICZUK, 2024).

6 BALANÇO PRELIMINAR DA PRESIDÊNCIA BRASILEIRA DO BRICS

De acordo com os dados disponíveis nos anais da presidência brasileira do BRICS, declarações oficiais do governo brasileiro e anúncios deste à imprensa, o Brasil organizou pelo menos 199 reuniões oficiais do BRICS entre 1º de janeiro de 2025 e o encerramento da Cúpula de Chefes de Estado do Rio de Janeiro, em 7 de julho do mesmo ano.

O objetivo declarado da presidência brasileira era conduzir pelo menos 100 reuniões técnicas e ministeriais entre fevereiro e julho, meta que, do ponto de vista quantitativo, foi definitivamente alcançada (BRASIL, 2025b). No entanto, mais da metade desses encontros (61,3%) foram conduzidos por videoconferência. Apesar de reuniões no formato online não serem necessariamente menos produtivas do que as presenciais, a sua prevalência pode revelar dificuldades orçamentária da parte brasileira ou ser consequência da restrição de calendário. No entanto, a proporção de reuniões por videoconferência vis-à-vis reuniões presenciais aumentou conforme se aproximava a Conferência de Chefes de Estado do Rio de Janeiro, o que reflete a tendência comum na diplomacia contemporânea de convocar reuniões presenciais para concluir diálogos iniciados virtualmente, ou para superar obstáculos persistentes.



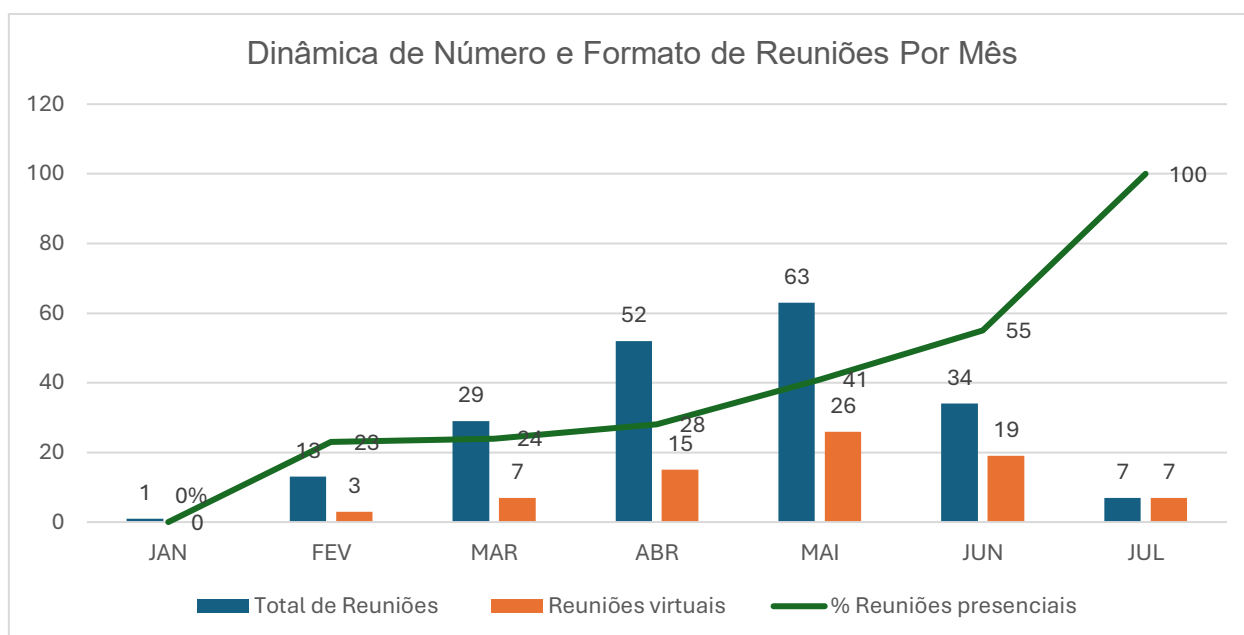


Gráfico 1: Número absoluto de reuniões em relação ao número absoluto de reuniões presenciais organizadas durante a presidência brasileira do BRICS em 2025 até 7 de julho. Proporção de reuniões presenciais em relação ao total de reuniões por mês. Elaborado pelos autores.

As reuniões foram categorizadas de acordo com os seis pilares propostos pela presidência brasileira: 1) Assuntos econômicos; 2) Desenvolvimento institucional do BRICS; 3) Mudanças climáticas; 4) Cooperação em Saúde Global; 5) Inteligência Artificial e Cooperação em Ciência e Tecnologia; 6) Arquitetura multilateral de Paz e Segurança. As categorias 2 e 6 foram aglutinadas em uma nova categoria denominada “Coordenação Política”, nas quais foram consideradas as reuniões organizadas e presididas pelo Itamaraty. Além disso, as reuniões dedicadas à cooperação científica e tecnológica foram classificadas sob a rubrica “Inteligência Artificial”.

Ademais, uma grande parcela das reuniões organizadas sob a presidência brasileira tratava de assuntos tradicionais da agenda do BRICS, como educação, cultura, agricultura, turismo e esportes. Essas agendas tendem a se manter na pauta, independente dos temas priorizados pela presidência de turno. Por isso, foram classificados sobre a rubrica “Assuntos Permanentes”.

Outra categoria identificada foi a de encontros entre entidades da sociedade civil, majoritariamente organizados pela Secretaria Geral da Presidência da República. Todas as categorias identificadas organizaram com sucesso reuniões ministeriais,



enquanto a categoria “Coordenação Política” organizou um encontro a nível presidencial, a saber a Cúpula de Chefes de Estado do BRICS do Rio de Janeiro.

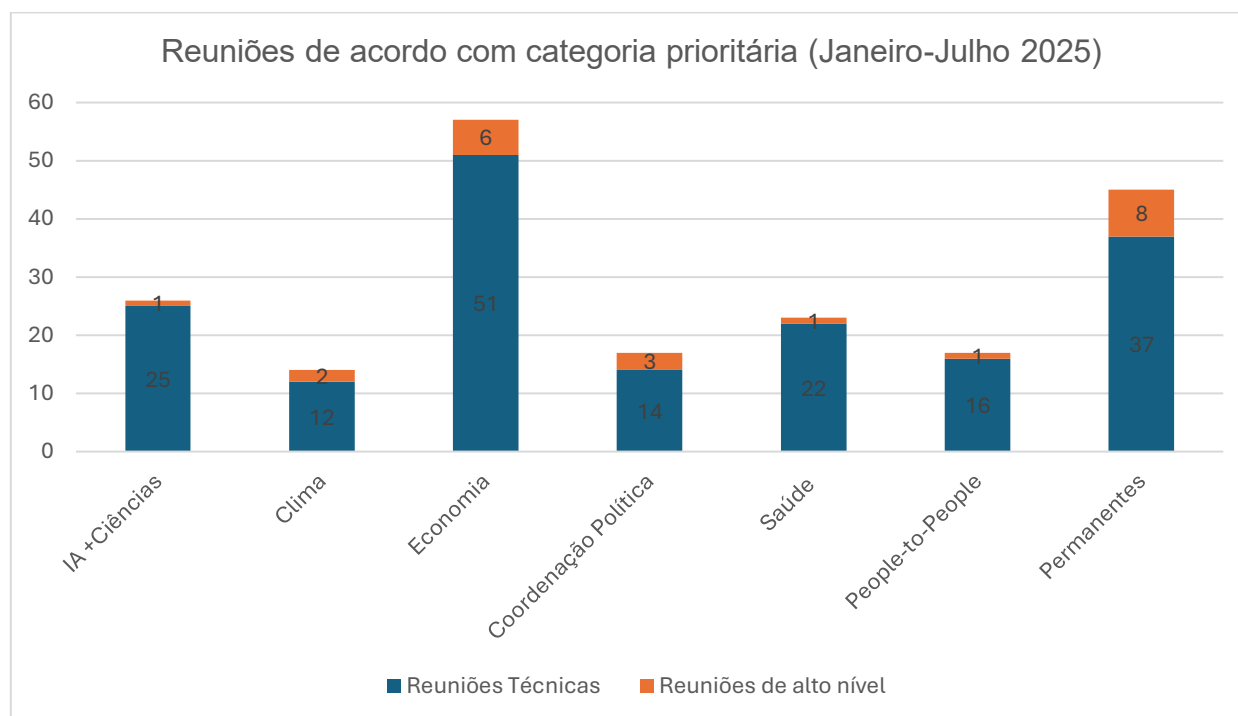


Gráfico 2: Número absoluto de reuniões técnicas e de alto nível, de acordo com as categorias prioritárias e identificadas, organizadas durante a presidência brasileira do BRICS de 1º de janeiro a 7 de julho de 2025. Elaborado pelos autores.

A análise por categoria demonstra a preponderância dos assuntos econômicos durante o primeiro semestre da presidência brasileira do BRICS em 2025, tanto em número de reuniões técnicas, quanto ministeriais. Apesar do papel de destaque dos Ministérios da Fazenda e Banco Central nessa área, outros ministérios, como o do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, também exerceram papel relevante.

Os números também revelam desequilíbrio no engajamento da presidência entre as suas atividades prioritárias, em particular o papel tímido do pilar “mudanças climáticas”. Considerando que assuntos como gerenciamento de desastres naturais também recaem sob essa rubrica, as mudanças climáticas foram o assunto prioritário com menor nível de atividade, o que contrasta com o a intenção brasileira de garantir posição conjunta do BRICS nesse tema, a fim de impulsionar as atividades da Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2025 (COP-30), a ser realizada em Belém do Pará, em novembro de 2025.



A quantidade significativa de reuniões na categoria “assuntos permanentes” sugere que os BRICS possuem engajamento consolidado e rotineiro em uma ampla gama de temas, independente das prioridades estabelecidas por cada presidência de turno. Essa categoria demonstra grau de continuidade e inércia institucional nos BRICS, um fórum que opera de maneira ininterrupta há quinze anos. A continuidade também fica demonstrada pelo alto nível de engajamento ministerial brasileiro nas atividades do bloco. Os dados compilados por essa pesquisa demonstram que 73% de todos os órgãos com status ministerial brasileiros realizaram atividades no âmbito do BRICS em 2025. Instituições não ministeriais também coordenaram atividades, como a Agência Espacial Brasileira (AEB) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Além disso, o poder legislativo coordenou o Fórum Parlamentar do BRICS de 2025.

Ausência notável é a do Ministério da Defesa do Brasil, que não coordenou reuniões durante a presidência do BRICS de 2025, de acordo com o seu calendário oficial. A ausência do Ministério da Defesa e toda e qualquer instituição ligadas às Forças Armadas brasileiras reforçam o argumento de que o Brasil teve a intenção de replicar a estratégia adotada durante sua presidência do G20 em 2024 e escanteou deliberadamente assuntos militares e cooperação defesa da agenda do BRICS em 2025.

7 INSTITUCIONALIZAÇÃO DO BRICS SOB A PRESIDÊNCIA BRASILEIRA

Como mencionado, a expansão do BRICS trouxe oportunidades e desafios para o fórum. A nova configuração requer que o grupo tome decisões básicas acerca de seu funcionamento, como o calendário das futuras presidências do BRICS. A proposta colocada pelo Brasil sugere que o atual ciclo de presidências dos membros originais seja primeiro finalizado, para que depois novos membros permanentes sejam inseridos na rotação, em ordem alfabética na língua inglesa. O grupo ainda debate temas como o estabelecimento de um site permanente e um repositório de documentos assinados, para que membros possam acompanhar iniciativas e monitorar a adoção de compromissos no nível nacional.

O caráter técnico não esconde o alto nível de politização da agenda institucional do BRICS. Da perspectiva de alguns membros da agremiação, o veto brasileiro à





adesão da Venezuela como membro parceiro do grupo, durante a Cúpula de Kazan de 2024, teria sido um alerta sobre a necessidade de debater a regra do consenso e demais procedimentos de votação.

Por sua parte, o Brasil tem demandas concretas acerca da institucionalização do BRICS, em função de contenciosos ocorridos durante a expansão do bloco. No contexto da Conferência de Chefes de Estado de Johannesburgo, em 2023, o Brasil estabeleceu como requisito de entrada no bloco o endosso à sua candidatura a membro permanente dos Conselho de Segurança da ONU. O endosso se daria no aceite por novos membros dos acordos previamente firmados entre os BRICS - incluindo o apoio nominal à candidatura brasileira. A declaração de Johannesburgo incluiu referência nominal ao Brasil, o que foi considerado uma vitória da sua diplomacia.

No entanto, um ano mais tarde, novos membros específicos manifestaram oposição à citação nominal de candidatos nas futuras declarações do BRICS. Como resultado, a declaração de Kazan de 2024 traz formulação menos específica sobre esse tema, focando em regiões candidatas, ao invés de países. Esse incidente foi considerado um revés significativo para a diplomacia brasileira e impactou significativamente o entusiasmo do Brasil com o bloco. Durante a sua presidência, o Brasil demonstrou interesse em estabelecer um repositório permanente de documentos e declarações do BRICS. Tal iniciativa permitiria que membros monitorassem seus compromissos e evitassem mudanças inesperadas em posições previamente acordadas.

A insatisfação brasileira com o assunto quase levou à paralisa do BRICS durante a reunião de Ministros das Relações Exteriores, em abril de 2025. Naquela ocasião, a impossibilidade de incluir referência nominal à candidatura do Brasil ao Conselho de Segurança da ONU levou à não adoção de declaração final conjunta (TOLORAYA, 2025). No entanto, a declaração do Rio de Janeiro incluiu uma referência direta ao país, ainda que com candidatura endossada somente por Rússia e China, e não pelo BRICS como um todo. Esta pode ser considerada uma solução parcial para o imbróglio e uma clara tentativa de reengajar os brasileiros, claramente insatisfeitos com o ocorrido.

Apesar dos desafios, ajustes finais no processo de expansão do grupo foram feitos durante a presidência brasileira, como a adesão oficial da Indonésia como membro permanente, de acordo com convite estendido durante a Conferência de





Chefes de Estado de Johannesburg de 2023; e a entrada do Vietnã, conforme convite estendido na Conferência de Kazan de 2024.

No entanto, não há indicação de que o BRICS tenha conseguido avançar a agenda da institucionalização em 2025. O objetivo declarado da presidência brasileira de atualizar os Termos de Referência do BRICS de 2021 não foi atingido (BRASIL, 2025a). Ao invés disso, a declaração final faz referências aos “esforços contínuos” para atualizar o documento e encoraja as partes a seguir com o processo. A declaração do Rio de Janeiro indica que o BRICS segue comprometido com o processo de expansão e com a regra de consenso. Enquanto todos os membros “reconhecem a necessidade de estabelecer uma base de dados conjunta do BRICS para facilitar acesso à documentos relevantes”, nenhuma ação concreta foi realizada até agora. Apesar das poucas informações públicas acerca do tema, é possível indagar se o cronograma de seis meses foi suficiente para que o BRICS concluísse tarefa de tamanha envergadura.

8 PERSPECTIVAS PARA AS PRESIDÊNCIAS DE ÍNDIA E CHINA: *SOFT BRICS* VS. *HARD BRICS*

Via de regra, a transição das presidências de turno no BRICS não exerce forte impacto sobre a estabilidade e sustentabilidade do bloco. Ainda que o presidente de turno possa imprimir sua singularidade nacional ou regional à agenda do BRICS, a regra de consenso do bloco limita a capacidade do país presidente de modificar significativamente os rumos da agremiação. Todavia, a atual transição de Brasil para Índia e, em seguida, China pode gerar turbulência interna, ampliada pelas pressões externas exercidas pelos EUA.

A presidência brasileira contribuiu significativamente para acumular experiências na interação do BRICS em formato ampliado e com os Estados parceiros. Contudo, o processo de ajuste ainda não se consolidou, cabendo aos mandatos indiano e chinês a conclusão dessa tarefa. Não podemos descartar o estabelecimento de coalisões *ad hoc* acerca do modelo de funcionamento do BRICS e sua institucionalização no médio prazo. A China tende à consolidação institucional do BRICS e consequente aumento da eficácia prática das decisões tomadas, enquanto a Índia prefere preservar a máxima plasticidade da interação multilateral – sem a





imposição de restrições substantivas às políticas nacionais, por exemplo, em matéria de segurança. Poderíamos convencionar esses dois posicionamentos como *hard* e *soft* BRICS. Neste contexto, a adesão de Nova Délhi à versão *soft* decorre do receio de que a preponderância de recursos e capacidades organizacionais – mesmo em um possível nível de secretariado técnico do bloco – conceda a Pequim vantagens políticas significativas.

A posição da Índia determinará em grande medida as perspectivas de longo prazo do BRICS. Durante o governo Narendra Modi, o posicionamento internacional se mostrou dinâmico, com marcos significativos, como a crise de Ladaque de 2020 e o confronto militar com o Paquistão em 2025. Essas transformações admitem interpretações divergentes: se, por um lado, persistem elementos de continuidade em relação à tradição política formada no período pós-independência, por outro, observa-se na política de memória da Índia contemporânea uma revisão parcial do papel histórico e do legado de Jawaharlal Nehru. No plano doméstico, a ideologia nacionalista Hindutva exacerba tensões sociais, enquanto, na política externa o conceito de “não alinhamento” cede lugar ao “multialinhamento”, ou seja, a participação em múltiplos formatos cooperativos com diversos atores internacionais, mesmo aqueles que possam manter relações hostis entre si.

Subjacente ao discurso do multialinhamento encontram-se os interesses e temores de longo prazo da Índia. A aspiração das elites políticas indianas de atingir status de grande potência em um mundo multipolar, condicionada à manutenção da estabilidade interna e de elevadas taxas de crescimento econômico (SRIDHARAN, 2017), configura-se como objetivo realista e plenamente fundamentado. Etapa necessária nessa trajetória é o fortalecimento de sua posição de liderança incontestável em sua própria região, o Sul Asiático. Contudo, essa hegemonia é contestada desde o fim da era colonial britânica pela existência de um *alter ego* geopolítico hostil: o Paquistão. Ademais, a crescente influência da China nessa região e consolidação de um eixo sino-paquistânês estável desafiam sobremaneira a liderança regional indiana. Cumpre observar que o dilema da liderança regional deveria promover maior compreensão das elites indianas sobre a postura da Rússia frente aos deliberados esforços ocidentais para reduzir sua influência no espaço pós soviético.

A ampliação da cooperação multifacetada da Índia com os EUA e o Ocidente no formato QUAD, sob o rótulo de multialinhamento, configura-se como uma





estratégia para enfrentar esse desafio. Tal abordagem, contudo, coloca em questão outro atributo essencial de grande potência: a autonomia estratégica. Como resultado, a Índia conduz uma política de equilíbrio complexo para tentar garantir a proporcionalidade dos compromissos assumidos com diferentes parceiros – mesmo quando Nova Délhi esforça-se para evitar medidas irreversíveis que a levem a confrontos abertos com outros atores do sistema internacional.

No entanto, seria incorreto reduzir a participação indiana no BRICS à perspectiva de sua turbulenta relação com a China. A Índia promove agenda positiva no BRICS, em grande medida alinhada aos interesses do Sul Global. Não podemos descartar, porém, que a ambição indiana em se posicionar como porta-voz do Sul Global possa conotar distanciamento comedido de Rússia e China no médio prazo. Nesse contexto, é crucial para Moscou advogar a adoção do conceito de Maioria Mundial, capaz de unir em um só guarda-chuva Rússia, China e o Sul Global.

A presidência chinesa do BRICS em 2027, ao que tudo indica, será marcada pelo fortalecimento institucional do agrupamento e elevação de seu protagonismo nas estruturas da governança global. Ficará evidente se, de fato, houve reforço da posição de Pequim no interior do bloco após a expansão de 2024-2025. Ao final dos mandatos indiano e chinês, estará delineado com mais clareza a extensão do espaço de convergência entre os dez membros – e sua real disposição em aderir na prática ao discurso estratégico do BRICS.

9 NÃO SÓ DE NARRATIVA VIVERÁ O BRICS

A expansão do BRICS e a formação da categoria de países parceiros, ainda que dificultem a o estabelecimento de soluções conjuntas com base no princípio do consenso, reforçam a representatividade do agrupamento e o alicerçam a porta-voz e pilar fundamental da Maioria Mundial. Contudo, à medida que se agrava a crise no sistema internacional, a Maioria Mundial passará a demandar papel mais premente do BRICS. O bloco será chamado a desempenhar papel significativo na garantia da estabilidade internacional, solução de problemas globais e transformação das instituições de governança global, cuja eficácia foi enfraquecida pela hegemonia ocidental.





Portanto, o BRICS terá de adotar medidas para aumentar sua eficiência organizacional e lançar novas iniciativas de caráter institucional. Para manter sua credibilidade e acelerar a transição para uma ordem internacional mais justa e inclusiva, o BRICS necessitará, já na segunda metade da atual década, demonstrar liderança prática e efetiva em áreas como: a redução da desigualdade social global, mitigação da crise climática, o fortalecimento da segurança alimentar, a formação de um modelo eficaz de combate a pandemias e doenças epidêmicas, e o estabelecimento de um controle efetivo sobre o desenvolvimento de tecnologias de inteligência artificial, de intervenção nos mecanismos de hereditariedade e de transformação da corporeidade humana. Uma vez concluído o conflito ucraniano, será pertinente elaborar proposta articulada do BRICS sobre os problemas mais urgentes da segurança internacional.

No que tange à institucionalização, é crucial analisar criteriosamente a experiência acumulada, tanto em seus aspectos positivos (a criação do Novo Banco de Desenvolvimento - NDB) quanto negativos (projetos não materializados, como a agência de classificação de crédito do BRICS). Para atingir resultados práticos, será fundamental as comunidades especializadas nacionais, instrumentais para encontrar equilíbrio ótimo entre incentivos positivos e negativos no processo decisório, utilizando para tal as vantagens estruturais do Estado que assume a liderança no processo negociador (HAN; PAPA, 2023).

Caso os próximos mandatos indiano e chinês confirmem a adesão de Nova Délhi e Pequim aos modelos soft BRICS e hard BRICS, respectivamente, poderá ser exigido de membros como Rússia e Brasil um papel equalizador. Isso será crucial para assegurar o fortalecimento organizacional e institucional do BRICS, sem viés desproporcional de influência em favor de um de seus membros. Ao mesmo tempo, é consideravelmente alta a probabilidade de o BRICS resistir – ou, ao menos, ‘ignorar’ estrategicamente – as pressões oriundas da administração norte-americana. Investidas retóricas de Trump, ou mesmo medidas coercitivas direcionadas contra o bloco como um todo, tenderiam, paradoxalmente, a reforçar a narrativa estratégica do BRICS. Não obstante, acordos bilaterais vinculantes celebrados por membros do agrupamento individualmente com os EUA, a depender de seus termos, podem configurar desafio formidável à coesão do BRICS em particular e da Maioria Global em sua totalidade.





REFERÊNCIAS

ACEMOGLU, D. The wrong BRICS expansion. Project Syndicate, 31 ago. 2023. Disponível em: <https://www.project-syndicate.org/commentary/brics-expansion-wrong-for-emerging-economies-by-daron-acemoglu-2023-08>. Acesso em: 14 jul. 2025.

BRASIL. Presidência do BRICS. 1st BRICS Finance Ministers and Central Bank Governors (FMCBG) Meeting. 2025c. Disponível em: <https://brics.br/pt-br/documentos/documentos-da-presidencia-brasileira>. Acesso em: 28 ago. 2025.

BRASIL. Presidência do BRICS. BRICS Partnership for the Elimination of Socially Determined Diseases. 2025d. Disponível em: <https://brics.br/pt-br/documentos/documentos-da-presidencia-brasileira>. Acesso em: 28 ago. 2025.

BRASIL. Presidência do BRICS. Conceptual Note. 2025a. Disponível em: <https://brics.br/pt-br/documentos/politica-e-seguranca>. Acesso em: 28 ago. 2025.

BRASIL. Presidência do BRICS. Declaração Conjunta dos BRICS sobre escalada de situação de segurança no Oriente Médio após os ataques no território da República Islâmica do Irã. 2025e. Disponível em: <https://brics.br/pt-br/noticias/declaracao-conjunta-do-brics-sobre-a-escalada-da-situacao-de-seguranca-no-orientes-medio-apos-os-ataques-militares-no-territorio-da-republica-islamica-do-ira>. Acesso em: 28 ago. 2025.

BRASIL. Presidência do BRICS. Calendário Oficial. 2025b. Disponível em: <https://brics.br/documentos/presidencia-brasileira>. Acesso em: 28 ago. 2025.

CARLUCCI, M. Atlas: 38,1% acreditam que Brasil deveria se alinhar mais ao Brics. CNN Brasil, 15 jul. 2025. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/atlas-381-acredita-que-brasil-deveria-se-alinhar-mais-ao-brics/>. Acesso em: 28 ago. 2025.

GRANOVETTER, M. S. The Strength of Weak Ties. American Journal of Psychology, v. 78, n. 6, p. 1360-1380, 1973.

HAN, Z.; PAPA, M. Leadership and Performance in Informal Institutions: the Internal Dynamics of BRICS. Contemporary Politics, v. 30, n. 1, p. 87-107, 2023.

HYDE, S. D. Democracy's Backsliding in the International Environment. Science, v. 369, n. 6508, p. 1192-1196, 2020.

JÜTTEN, M. Outcome of the 16th BRICS Summit in Kazan, Russia. European Parliamentary Research Service, PE 766.243, nov. 2024. Disponível em: [https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/ATAG/2024/766243/EPRS_ATA\(2024\)766243_EN.pdf](https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/ATAG/2024/766243/EPRS_ATA(2024)766243_EN.pdf). Acesso em: 23 jul. 2025.

KARAGANOV, S. A. Ot ne-Zapada k Mirovomu Bolshinstvu [Do não-Occidente à Maioria Global]. Russia in Global Politics, v. 20, n. 5, p. 6-18, 2022.





MCCOY, T.; DIAS, M. In Brazil, Trump Faces a Country — And a Leader — Ready For a Fight. The Washington Post, 12 jul. 2025. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/world/2025/07/10/brazil-trump-tariffs-lula-bolsonaro/>. Acesso em: 12 jul. 2025.

MIELNICZUK, F. At the Crossroads: Brazil in the Face of BRICS Expansion. Valdai Discussion Club, 7 maio 2024. Disponível em: <https://valdaiclub.com/a/highlights/at-the-crossroads-brazil-in-the-face-of-brics/>. Acesso em: 20 jul. 2025.

MISKIMMON, A.; O'LOUGHLIN, B.; ROSELLE, L. Strategic Narratives: communication power and the new world order. New York: Routledge, 2013.

MOHAN, C. R. BRICS Expansion is no Triumph for China. Foreign Policy, 29 ago. 2023. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2023/08/29/brics-expansion-china-russia-global-south-us-geopolitics-alliances/>. Acesso em: 14 jul. 2025.

OKUNEVA, L. C.; SIMONOVA, L. N.; DAVYDOV, V. M.; MARTYNOV, B. F.; IVANOVSKY, Z. V.; ERMOLEVA, E. G. *Brazilia: Smena Prioritetov v Novom Politicheskoy Tsikle* [Brasil: mudanças de prioridade em um novo ciclo político]. Moscou: Institut Latinskoy Ameriki, 2019.

O'NEILL, J. Building Better Global Economic BRICs. Goldman Sachs & Co. Global Economics Paper, n. 66, 2001. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20131114114835/http://www.goldmansachs.com/our-thinking/archive/archive-pdfs/build-better-brics.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2025.

POENISCH, H. BRICS Looks Increasingly Like a Paper Tiger. OMFIF, 29 out. 2024. Disponível em: <https://www.omfif.org/2024/10/brics-looks-increasingly-like-a-paper-tiger/>. Acesso em: 19 jul. 2025.

PRZEWORSKI, A. Crises of Democracy. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.

SKAANING, S.-E. Waves of Autocratization and Democratization: A Critical Note on Conceptualization and Measurement. Democratization, v. 27, n. 8, p. 1533-1542, 2020.

SLOW, M. Why China-Russia 'Troika' Talks Are Back on India's Table. South China Morning Post, 27 jul. 2025. Disponível em: <https://www.scmp.com/week-asia/politics/article/3319638/why-china-russia-troika-talks-are-back-indias-table>. Acesso em: 28 jul. 2025.

SOMERS, M. The Narrative Constitution of Identity: A Relational and Network Approach. Theory and Society, v. 23, n. 5, p. 605-649, 1994.

SRIDHARAN, E. Where is India Headed? Possible Future Directions in Indian Foreign Policy. International Affairs, v. 93, n. 1, p. 51-68, 2017.





STUENKEL, O. The BRICS and the Future of Global Order. Laham: Lexington Books, 2015.

STUENKEL, O. BRICS Democracies Are Losing Leverage. Foreign Policy, 20 maio 2025. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2025/05/20/india-brazil-south-africa-brics-ibsa-russia-china-trump/>. Acesso em: 14 jul. 2025.

TOLORAYA, G. Chego zhdad ot sammita Briks v Brazili [O que esperar da cúpula do BRICS no Brasil]. Russian International Affairs Council, 2025. Disponível em: <https://russiancouncil.ru/analytics-and-comments/analytics/chego-zhdad-ot-sammita-briks-v-brazili/>. Acesso em: 28 ago. 2025.

VAN NOORT, C. The Construction of Power in the Strategic Narratives of the BRICS. Global Society, v. 33, n. 4, p. 462-478, 2019.

WATTS, J. BRICS Summit in Brazil Tries to Reinvent Collective Approach to World's Problems. The Guardian, 7 jul. 2025. Disponível em: <https://www.theguardian.com/environment/2025/jul/07/brics-summit-brazil-president-lula>. Acesso em: 12 jul. 2025.

